

A Desigualdade na Namíbia após a Independência: a Agenda Inacabada

por Sebastian Levine, PNUD, e Benjamin Roberts, Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas

As transições econômicas política e social da Namíbia, ao decorrer das últimas duas décadas, têm sido notáveis. Depois de seu envolvimento em um longo conflito de guerrilha e após um século de domínio colonial – até 1990, o país permanecia, na prática, um anexo do *Apartheid* sul-africano. Agora, a Namíbia é um país amplamente considerado uma das democracias mais estáveis e bem governadas do continente. Além disso, o país é classificado como de “renda média alta”, com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de quase três vezes a média da África subsaariana. No entanto, em razão dos níveis extremos de desigualdade, a média do PIB permanece uma medida particularmente enganosa do bem-estar na Namíbia.

Novas estimativas de níveis e mudanças no consumo doméstico mostram que, apesar da era de democracia pós-colonial e das políticas econômicas e sociais de livre mercado que visam desfazer injustiças históricas, o nível geral de desigualdade permanece teimosamente elevado. As novas estimativas fundamentam-se em dados oficiais de pesquisas domiciliares realizadas pelo Escritório Central de Estatísticas da Namíbia (*Namibian Central Bureau*) e buscam melhorar a comparabilidade dos dados ao longo do tempo. De acordo com as novas estimativas, a desigualdade caiu entre 1993/1994 e 2003/2004, mas a queda é tão pequena que não é estatisticamente significativa. O Coeficiente de Gini (IG) foi estimado em 0,6 pela pesquisa mais recente, classificando a Namíbia entre as sociedades mais desiguais do mundo. Contudo, graças ao aumento da renda das famílias – e apesar dos níveis persistentemente elevados de desigualdade –, a incidência de pobreza caiu, expressivamente, de 49 por cento da população, em 1993/1994, para 38 por cento, em 2003/2004.

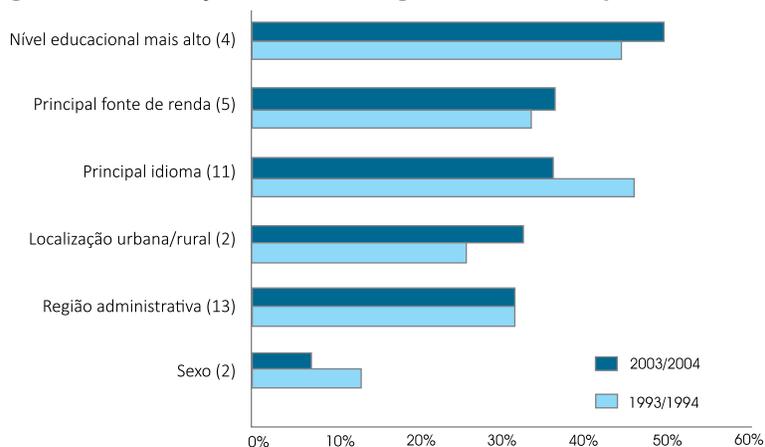
Mesmo que a desigualdade tenha permanecido elevada, houve mudanças importantes entre os diferentes grupos sociais. Por exemplo, a parcela da desigualdade total decorrente da desigualdade entre os 11 principais grupos linguísticos do país caiu de 47 por cento para 37 por cento entre as duas pesquisas (ver Figura 1). Além disso, a parcela da desigualdade total decorrente da desigualdade entre diferentes níveis de escolaridade aumentou de 45 por cento para 51 por cento. Ressalta-se, também, que, embora a “desigualdade entre grupos” por região administrativa não tenha mudado, o grau de “desigualdade entre grupos” entre áreas urbanas e rurais aumentou. Esta é mais uma evidência dos efeitos remanescentes da segregação geográfica das comunidades que sustentaram o *Apartheid*.

A principal conclusão desses resultados é que a desigualdade na Namíbia parece ser cada vez mais impulsionada por diferenças nos níveis de educação e cada vez menos por diferenças relacionadas ao grupo linguístico – que, às vezes, é usado como indicador indireto de etnia e raça. É surpreendente poder explicar mais da metade da desigualdade total da Namíbia dividindo a população em apenas quatro faixas de escolaridade. Esse fato demonstra o atraso histórico que existe na educação oferecida à maioria da população, resultante do sistema educacional *bantu* e dos desafios que persistem na tentativa de reverter seus resultados perversos, mais de uma década após o fim oficial do governo de minoria.

Embora a Namíbia venha passando por uma transição notável desde a independência, ainda há várias “questões em aberto” para reduzir a desigualdade extrema do país. No entanto, a constatação de que os esforços pós-independência de ampliar a educação podem ter contribuído para uma desigualdade ainda maior não significa que os formuladores de políticas devam abandonar outras iniciativas para melhorar o acesso e a qualidade da educação, como parte dos objetivos fundamentais da política pública. O foco principal deve ser melhores resultados escolares no ensino primário, garantindo maiores taxas de conclusão do nível secundário e aprimorando as habilidades profissionais.

A educação é fundamental na redução da pobreza e promoção de um processo de desenvolvimento social inclusivo, independentemente dos impactos de curto e médio prazo sobre as medidas de desigualdade monetária. Contudo, tais efeitos precisam ser gerenciados, por exemplo, por medidas melhores e mais específicas de proteção social e de uma distribuição mais justa dos gastos públicos. Em longo prazo, é fundamental que os investimentos em educação sejam acompanhados de políticas e reformas que ampliem as oportunidades de um número crescente de jovens instruídos e gerar empregos em setores de maior produtividade e com salários melhores.

Figura 1 – Contribuição Relativa à Desigualdade Entre Grupos na Namíbia



Fonte: Levine Roberts (2012).

Nota: A desigualdade é medida pelo Desvio Logarítmico Médio (DLM). As contribuições relativas ao DLM são expressas como parcelas da desigualdade máxima entre os grupos, não como uma quota da desigualdade total, de acordo com Elbers et al. (2008). Assim, Tem-se em conta o número diferente de partições (entre parênteses) de cada grupo social e seus tamanhos relativos.

Referências:

- LEVINE, S.; ROBERTS, B. Robust Estimates of Poverty and Inequality in Post-Independence Namibia. *IPC-IG Working Paper*, n. 102. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, 2012.
- ELBERS, C.; LANJOUW, P.; MISTAEN, J.; ÖZLER, B. Reinterpreting between-group Inequality, *Journal of Economic Inequality*, 6(3), p. 231-245, 2008.